

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS RUMO À EDUCAÇÃO BILÍNGUE: O IMPACTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BILÍNGUES NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COGNITIVO E PSICOLÓGICO DE PESSOAS SURDA

Maria Pereira ¹; Agenor Filho ²; Macileide Rufino ³; Verônica Nascimento ⁴; Vânia Calado ⁵

¹Maria Rerbelânia de Souza Pereira, maria.pereira@urca.br

²Agenor Leandro de Sousa Filho, agenor.leandro@gmail.com

³Macileide Rufino Silva, macielide.silva@urca.br

⁴Verônica Nogueira do Nascimento, veronica.nogueira@urca.br

⁵Vânia Aparecida Calado, vania.calado@alumni.usp.br

¹Mestra em Educação pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Especialista em Educação Especial e Libras (FAK); Especialista em Língua Portuguesa e Literatura (FAP); Pesquisadora no grupo de pesquisa Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais (LENTE), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e no Grupo de Pesquisa Círculo de Estudos Raciovitais (CER) da Universidade Regional do Cariri. Professora Assistente do Departamento de Educação do centro de Ensino Superior do Seridó, CERES/UFRN; Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7175-1222>, E-mail: maria.pereira@urca.br.

²Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), Instituição: Centro Universitário Leandro da Vinci, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4814-4129>, E-mail: agenor.filho@mediador.uniassselvi.com.br.

³Mestra em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Instituição: Secretaria de Educação do Estado do Ceará, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9126-9202>, E-mail: macileide.silva@prof.ce.gov.br.

⁴Mestra em Educação pela Universidade Regional do Cariri - URCA; Mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Cariri - UFCA, Instituição: Universidade Regional do Cariri, ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4613-8714>, E-mail: veronica.nogueira@urca.br.

⁵Doutora em Psicologia pela Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN); Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9529-5347>, E-mail: vania.calado@alumni.usp.br.

A educação de surdos passou por intensas transformações históricas, evoluindo de práticas excludentes e impositivas, como a dominação do oralismo, para o reconhecimento atual do modelo bilíngue. O presente estudo por objetivo discorrer sobre a trajetória histórica da educação de surdos e evidenciar os impactos das práticas pedagógicas bilíngues no desenvolvimento integral (cognitivo, social e psicológico) do estudante. De abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados as pesquisas bibliográfica e documental abrangendo publicações sobre cultura surda e práticas inclusivas, bem como as legislações educacionais vigentes que amparam a modalidade bilíngue de ensino. Apesar de o Brasil possuir um arcabouço legal robusto (a exemplo das Leis nº 10.436/2002 nº 14.191/2021), a materialização desse direito ainda é incipiente, havendo um descompasso alarmante entre essas diretrizes e a realidade estrutural, com apenas 45 escolas públicas bilíngues registradas no país em 2021. Além disso, para garantir o desenvolvimento do estudante e evitar um “falso bilinguismo”, é imprescindível a adoção da Pedagogia Surda e da pedagogia visual, integrando produções culturais surdas (literatura, artes, esportes) ao cotidiano escolar para materializar o conceito de “surdidade”. Conclui-se, portanto, que a educação bilíngue representa um compromisso ético e político com a valorização da diferença, exigindo do Estado a expansão da rede de escolas específicas e o investimento na contratação de profissionais preparados e que reconheçam a surdez como uma diversidade linguística legítima.

Palavras-chave: Educação de surdos; Práticas pedagógicas bilíngues; Desenvolvimento de pessoas surdas.

INTRODUÇÃO

A educação de surdos perpassa uma trajetória histórica marcada por intensas transformações, transitando de práticas excludentes e impositivas como o longo período de dominação do oralismo para o atual reconhecimento do modelo bilíngue. O presente estudo debruça-se sobre essa evolução, centrando-se no impacto que as práticas pedagógicas bilíngues, que adotam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2), exercem sobre o desenvolvimento social, cognitivo e psicológico das pessoas surdas.

Embora o Brasil conte hoje com um arcabouço legal robusto que assegura o direito à educação bilíngue, evidenciado pela Lei nº 10.436/2002, pelo Decreto nº 5.626/2005 e pela Lei nº 14.191/2021, que instituiu a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade independente, a materialização desse direito na prática escolar ainda é incipiente. Dados do Ministério da Educação (MEC) apontam que no ano de 2021 existiam apenas 45 escolas públicas bilíngues em todo o território nacional, uma fração ínfima frente à demanda do país. Diante dessa discrepância entre a lei e a realidade estrutural, emerge a questão central desta pesquisa: *Como*

a escassez de instituições adequadas e a ausência de práticas alinhadas à Pedagogia Surda impactam a garantia de um desenvolvimento cognitivo, social e psicológico pleno para os estudantes surdos?

Para que esse questionamento possa ser respondido a contento, o presente estudo teve por objetivo geral discorrer sobre a trajetória histórica da educação de surdos evidenciando os impactos das práticas pedagógicas bilíngues no desenvolvimento integral (cognitivo, social e psicológico) do estudante surdo. Para atingirmos essa finalidade, temos como objetivos específicos *apresentar a evolução histórica do ensino para surdos, desde os paradigmas de exclusão até as conquistas da educação bilíngue; compreender como os marcos legais e as políticas públicas que sustentam o bilinguismo e o direito linguístico no Brasil; evidenciar o papel da Pedagogia Surda, da cultura visual e do conceito de "surdidade" como elementos indissociáveis para uma prática educativa emancipadora.*

A necessidade de realização deste estudo repousa na urgência de se compreender que a inclusão de estudantes surdos no ambiente escolar é algo que deve transcender a mera inclusão física de alunos surdos em salas regulares e promover integração linguística e cultural autêntica que legitime a identidade surda. Por isso, é importante se compreender que para a efetivação deste ideal, faz-se essencial debater a importância da construção de práticas pedagógicas bilíngues a partir da inserção de produções culturais surdas. Ao fundamentar a educação na valorização da diferença e não na deficiência, este estudo busca contribuir para que a escola seja, de fato, um ambiente de justiça social e desenvolvimento equitativo.

Para atingir a profundidade analítica exigida, o estudo foi conduzido inicialmente sob uma perspectiva exploratória, pois, segundo Severino (2013), essa fase visa realizar um mapeamento de informações sobre o objeto de estudo com a finalidade de possibilitar sua melhor delimitação, bem como compreender as condições de manifestação do objeto de estudo. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. Como instrumentos técnicos de coleta de dados foram utilizadas pesquisas de cunho bibliográfico e documental, as quais consistiram na análise de material já publicado, como livros, artigos científicos em periódicos especializados e anais de eventos, nas áreas de Educação e Linguística, com abordagens voltadas para a cultura surda, práticas pedagógicas inclusivas e o desenvolvimento cognitivo do estudante surdo, bem como no levantamento e na análise das legislações educacionais vigentes que amparam a modalidade de educação bilíngue surdos.

2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: DA ORALIZAÇÃO AO ENSINO BILÍNGUE

REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Pedagogia

Compreender a história da educação de surdos exige uma reflexão crítica sobre os erros do passado, bem como o planejamento de estratégias que assegurem um ensino de qualidade no futuro. A trajetória que atualmente conhecemos por educação de surdos no sistema educacional é atravessada por exclusões e preconceitos, mas também por avanços significativos. Esse percurso revela a complexidade dos fatores sociais, culturais, políticos, linguísticos e pedagógicos que moldaram tais experiências. Desse modo, cabe-nos empreender uma análise histórica, a fim de promover uma educação que verdadeiramente respeite e valorize a identidade surda.

Na Antiguidade, a surdez era vista como uma condição incapacitante. Na Grécia, surdos eram tratados como inválidos, sendo excluídos da sociedade ou até condenados à morte em alguns casos (Strobel, 2009; Ladd, 2013). Na Idade Média, o cenário não foi diferente, os surdos eram proibidos de receber a comunhão, pois não podiam confessar (Strobel, 2009). Esse isolamento cultural e social refletia uma visão de inferioridade associada à ausência da fala, reforçando estigmas que marginalizaram os surdos por séculos.

A partir do Renascimento, surgem esforços educacionais específicos, como os métodos desenvolvidos por Pedro Ponce de León, na Espanha, que marcaram os primeiros passos na educação dos surdos, mesmo que esse se centrasse na reabilitação oral. Contudo, apenas no século XVIII, o Abade Charles-Michel de l'Épée revolucionou a educação ao adotar a língua de sinais como principal ferramenta pedagógica. Esse sistema de sinais metódicos permitia-lhes escrever e compartilhar suas ideias, promovendo o desenvolvimento intelectual através da leitura e escrita. Esse método influenciou todo o mundo, deixando resquícios dele em países como o Brasil e os Estados Unidos (Sacks, 2010).

Apesar dos avanços, o Congresso de Milão realizado em 1880 marcou um retrocesso significativo ao proibir o uso da língua de sinais nas escolas e instituir o método oralista como norma e proibir o uso da língua de sinais na educação dos surdos. A imposição do oralismo, que buscava somente ensinar surdos a falar e ler lábios, ignorava as necessidades culturais e linguísticas dos surdos, excluindo sua principal forma de comunicação (Strobel, 2009). Além disso, as crianças surdas enfrentaram desafios imensos no processo de aprendizagem, sendo muitas vezes consideradas como indivíduos acometidos de déficits cognitivos (Sacks, 2010).

Essa medida teve efeitos devastadores e prejudiciais aos surdos, afetando-os nos aspectos aqui citados. Em consequência, o movimento pelos direitos civis nas décadas de 1960 e 1970 impulsionou a comunidade surda a reafirmar sua identidade e lutar por seus direitos educacionais. Nesse contexto, os estudos de Stokoe (1970) e outros linguistas comprovaram

que as línguas de sinais possuem aspectos gramaticais e estrutura próprias, sendo uma língua como qualquer outra da modalidade oral. Assim, o modelo de ensino que usa a Língua de Sinais como a de instrução ganhou destaque, valorizando-a como a materna para os surdos e o português como segunda língua. Um dos tímidos resultados disso foi a transição do oralismo para a comunicação total, que é um método que mescla o uso de sinais com a voz e mais quaisquer outras linguagens (Sacks, 2010). Outro método educacional é a educação bilíngue sobre a qual Strobel (2009) reforça que nesta, a língua de sinais é a base da comunicação dos surdos e isso deve ser respeitado, o que justifica sua importância para o processo educacional dos surdos.

A criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857, representou o início da institucionalização da educação destinada à população surda no Brasil (Strobel, 2009). Posteriormente, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconheceu a Libras como um meio legal de comunicação e expressão, consolidando os direitos linguísticos da comunidade surda. O Decreto nº 5.626/05, por sua vez regulamentou essa legislação, ao assegurar o direito ao intérprete de Libras nos ambientes educacionais, além de prever a avaliação dos estudantes surdos considerando a aquisição de uma segunda língua e tornar obrigatório o ensino de Libras nas licenciaturas como disciplina curricular.

Avançando nesse compromisso, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, por meio de sua Meta 4.7, estabeleceu que estados e municípios devem fomentar a criação de escolas e classes bilíngues, garantindo o acesso à educação em Libras desde a infância. No ano seguinte, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) reafirmou a educação bilíngue como um direito inalienável da comunidade surda, destacando a obrigatoriedade da oferta da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua. Mais recentemente, a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pela Lei nº 14.191/2021 instituiu a Educação Bilíngue de Surdos como uma modalidade de ensino independente, consolidando definitivamente esse direito no ordenamento jurídico brasileiro.

Apesar desses avanços legais, os desafios persistem na prática. Passadas mais de duas décadas da sanção da lei que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, constata-se que a realidade não destoa das advertências apontadas por Strobel (2009), em que os estudantes surdos continuam enfrentando barreiras excludentes e severas dificuldades para uma inserção efetiva na comunidade escolar. Nesse sentido, a Pedagogia Surda surge como uma abordagem educativa própria, fundamentada no reconhecimento da Libras e da Cultura Surda, com o objetivo de promover o desenvolvimento linguístico e identitário das pessoas

surdas (Vilhalva, s/d). Diferente do modelo oral-auditivo, ela valoriza o uso da língua de sinais desde a infância, permitindo que a criança surda se desenvolva linguisticamente de forma natural, sem a imposição da oralidade. Tal abordagem destaca a importância da convivência com professores e membros mais experientes da comunidade surda, além de ressaltar o papel das associações de surdos como espaços de preservação linguística e cultural (Vilhalva, s/d).

A aplicação da pedagogia surda no âmbito do modelo bilíngue que adota a Libras como língua primária de instrução enquanto a Língua Portuguesa é utilizada em caráter secundário, evidenciando-se como alternativa mais eficaz para assegurar um ensino de qualidade. Esse modelo transcende a mera inclusão física, promovendo uma integração linguística e cultural que legitima e respeita a identidade surda. Porém, mesmo diante do reconhecimento das vantagens da educação bilíngue e de um histórico que comprova a insuficiência de outros modelos para atender às necessidades dos estudantes surdos, a efetivação do bilinguismo ainda ocorre de forma incipiente. Recentemente, dados do MEC apontam a existência de apenas 64 escolas bilíngues no país, e desse total, apenas 45 são escolas públicas (Brasil, 2021). Inegavelmente, a existência dessas instituições representa uma vitória histórica; contudo, elas constituem uma fração ínfima diante da demanda de um país com mais de 5.500 municípios.

Diante desse cenário, revisitar a história da educação de surdos é um passo fundamental para evitar a repetição de equívocos do passado, a exemplo da imposição do oralismo, do uso mecânico da Libras desvinculado das vivências surdas e do desrespeito à identidade cultural. Nesse sentido, consolidar a educação bilíngue — reconhecendo a Libras como língua natural dos surdos — constitui o caminho mais seguro para um avanço significativo em direção a um ensino de qualidade. Mas para que essa modalidade se efetive plenamente, faz-se necessário investir na formação de professores surdos e ouvintes fluentes em Libras, na elaboração de materiais didáticos específicos, na adaptação dos currículos escolares, na criação de escolas e classes bilíngues, na oferta de transporte escolar que viabilize o acesso a essas instituições, bem como na formulação de políticas públicas que fortaleçam a cultura surda.

Ao reavaliar o passado e implementar mudanças no presente, podemos construir um futuro em que a educação de surdos seja verdadeiramente inclusiva e respeitosa, assegurando que esses indivíduos desenvolvam plenamente suas competências, com as mesmas condições de acesso ao ensino oferecidas aos alunos ouvintes. Na condição de educadores, os aspectos aqui apresentados devem nortear nossas práticas pedagógicas. Afinal, ensinar a história da educação de surdos não se resume a explicar um conteúdo factual; trata-se de um ato intrinsecamente ligado à cultura e ao valor linguístico. É nesse espaço que se consolida, na

mente dos educandos, a compreensão política de uma causa: a trajetória de um povo historicamente oprimido, mas, sobretudo, marcado pela resistência.

2.1 Bases legais para a educação de surdos no Brasil: políticas públicas, práticas pedagógicas e identidade cultural

A educação de surdos no Brasil tem se consolidado como um direito educacional ancorado em marcos legais, diretrizes pedagógicas e reivindicações históricas da comunidade surda. Neste cenário, destaca-se a atuação da Diretoria de Políticas de Educação Bilingue de Surdos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), que tem desempenhado papel essencial na formulação e coordenação de ações voltadas à consolidação do ensino bilíngue, ao articular formação de professores, produção de materiais didáticos, incentivo à pesquisa e apoio à criação de escolas bilíngues.

A implementação dessas políticas ainda enfrenta um conjunto de dificuldades, especialmente no que tange à cobertura nacional da rede de escolas bilíngues para surdos. Nem todos os estados da federação contam com instituições públicas dessa natureza, o que compromete o direito à educação bilíngue e reforça desigualdades regionais. A ampliação dessa rede é urgente e deve ser prioridade das políticas públicas, pois somente com as escolas bilíngues, que contam com infraestrutura equipes devidamente preparadas, que será possível garantir uma educação de qualidade para os estudantes surdos (Fernandes; Moreira, 2014).

Nesse contexto, destaca-se a proposta da pedagogia surda, que se baseia na valorização da Libras como língua de instrução, no protagonismo dos sujeitos surdos no processo educativo e na construção de práticas pedagógicas que respeitem a diferença linguística e cultural. Ela rompe com o modelo assimilacionista da inclusão genérica e promove um ambiente em que o aluno surdo pode desenvolver sua identidade, aprender de forma plena e se reconhecer como parte de uma comunidade linguística legítima (Amaral; Colacique, 2020).

A presença da cultura surda no ambiente escolar e a metodologia da pedagogia visual são fundamentais para a efetivação de uma educação bilíngue de qualidade (Campello, 2020). A escola bilíngue deve ser um espaço de afirmação cultural, no qual as manifestações artísticas, literárias e esportivas da comunidade surda sejam protagonistas (Skliar, 1998). A literatura surda, com narrativas visuais e poéticas sinalizadas; a arte surda, que utiliza a expressão corporal e visual como linguagem artística; os esportes surdos, que valorizam a identidade e o convívio entre pares; e a participação da comunidade surda como professores, instrutores,

artistas e familiares são componentes que fortalecem o pertencimento e a construção da identidade surda.

Portanto, a consolidação da educação bilíngue de surdos como modalidade educacional exige mais do que marcos legais: demanda investimento político, expansão da rede escolar bilíngue, valorização e inserção da pedagogia e cultura surda nos projetos pedagógicos. É preciso compreender que o direito à educação não se realiza plenamente sem o direito à diferença. Por isso, garantir uma educação bilíngue de qualidade para os surdos é reconhecer a legitimidade de uma comunidade linguística e cultural que resiste, cria e transforma seu lugar na sociedade. A luta por uma educação verdadeiramente inclusiva passa, necessariamente, pela valorização da surdez como diferença e não como deficiência, pois trata-se de um caminho que a escola e o Estado precisam trilhar (Campello; Rezende, 2014).

2.2 O papel das práticas pedagógicas bilíngues na construção de conhecimento e no desenvolvimento psicossocial de pessoas surdas

A educação bilíngue de surdos é um campo interdisciplinar que transcende o simples ensino da Libras e do português escrito. Ela representa uma abordagem inclusiva que valoriza a cultura surda e promove o desenvolvimento de uma aprendizagem que respeite as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda ao abordar as produções culturais oriundas da comunidade surda, tais como a dança, o teatro, a literatura, o cinema, vídeos, performances e narrativas que são expressões nas quais a Libras e a cultura visual ocupam papel central na prática pedagógica em sala de aula.

O ser e estar surdo transcendem a questão dos graus de surdez, se atrelando a questões sociais como uma identidade cultural distinta, conhecida como “surdidade”. Segundo Ladd (2013), define o processo de afirmação da identidade surda, suas crenças, seu modo de vida e sua cultura em uma sociedade majoritariamente ouvinte. Com isso, as pessoas surdas se juntam para fazer amigos, compartilhar as suas vivências e lutar por seus direitos. A partir desses movimentos, a educação bilíngue deve ser um espaço que não se restrinja à oferta de acesso ao conteúdo escolar regular, mas que também acolha e valorize essa surdidade, ao criar condições para que os surdos se reconheçam e se fortaleçam como comunidade. Para isso, a presença de professores e profissionais da educação surdos, da família e das associações de surdos devem ser constantes na educação bilíngue. Sem isso, a escola corre o risco de estar adotando um falso bilinguismo (Skliar, 2017).

Quando a pessoa surda é privada de aprender da Libras e de apropriar-se da cultura surda, ocorre a experiência da barreira comunicacional em todos os espaços que o sujeito frequenta. Isso acarreta em um baixo nível linguístico, redução na expressão e apropriação cultural, além de afetar sua interação social, e causar prejuízos na constituição de seu psiquismo e de sua identidade. Essa barreira também causa marginalização social, com a violação de direitos em face do não acesso à educação, à saúde, ao trabalho, dentre outros. Como consequência, as pessoas surdas podem ficar mais vulneráveis a situações de violência e ao desenvolvimento do sofrimento psíquico.

A aquisição da língua de sinais desde a infância é fundamental para o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda. Vygotsky (2000) defende que a linguagem é o elemento essencial para o desenvolvimento das funções mentais superiores, e, no caso dos surdos, é a língua de sinais que desempenha esse papel central. Assim, crianças que têm acesso à língua de sinais desde cedo apresentam um desenvolvimento cognitivo e linguístico mais robusto, visto que ele não só proporciona uma compreensão mais profunda do mundo ao redor, mas também amplia as habilidades de abstração e resolução de problemas (Sacks, 2010).

A participação na comunidade surda é um fator determinante no desenvolvimento psicossocial do indivíduo surdo, pois a cultura surda que é construída em torno da Libras e de experiências visuais com a comunidade, permite que os surdos estabeleçam laços identitários com seus pares, compreendendo-se como parte de um grupo linguístico e cultural único. Lima (2010) destaca que neste processo, a identidade surda é fortalecida pelo contato com a comunidade e pelo uso da língua de sinais, promovendo a construção de uma autoestima sólida e positiva. Essa identidade compartilhada permite que os surdos encontrem um lugar de pertencimento, onde suas experiências são valorizadas e onde há um entendimento comum de seus desafios e realizações.

Esse envolvimento também promove um desenvolvimento psicossocial mais equilibrado e saudável, uma vez que fornece o suporte emocional e social necessário para a pessoa surda. No ambiente familiar, é essencial que os pais e familiares de crianças surdas aprendam a língua de sinais e incentivem o contato com outros surdos, facilitando o desenvolvimento de uma autopercepção positiva e uma identidade forte. O contato regular com a comunidade surda e com a Libras permite ao indivíduo surdo criar e fortalecer uma rede de apoio social, essencial para seu bem-estar emocional e psicológico (Lima, 2010).

Outro fator importante é a cultura surda dentro do bilinguismo, pois a comunidade surda está mergulhada em uma rica produção cultural, desse modo a inserção de elementos como esportes, literatura, história e a arte surda no currículo possibilita aos alunos o contato com

narrativas e expressões culturais que refletem suas vivências. Esses artefatos culturais são fundamentais para o fortalecimento da identidade surda e para o reconhecimento da experiência visual e linguística que é única dos surdos (Strobel, 2018). Assim, uma educação bilíngue, que valoriza esses elementos culturais contribui para o fortalecimento do orgulho surdo assegurando que a criança se enxergue a partir de seus semelhantes surdos e não apenas da cultura e arte produzida por ouvintes (Skliar, 2017).

Pensar em valorizar o ser e estar surdo na prática pedagógica é uma ação política que está no cerne dos movimentos sociais surdos. Deste modo, a educação bilíngue possui uma dimensão política significativa por ser um dos objetos da luta dessas comunidades. A inserção da Libras como língua de instrução ao lado da cultura surda é um marco de afirmação política identitária surda e de seus direitos linguísticos. Para Skliar (2017), ela reforça o direito à diferença e evidencia a importância de uma educação crítica que estimule a consciência política dos alunos surdos e os empodere para que possam defender e promover seus direitos.

Nesse caminho, a valorização das experiências surdas na educação bilíngue deve compreender a Libras não apenas como meio de comunicação, mas como uma ferramenta essencial para a construção de conhecimento por ser fundamental ao desenvolvimento cognitivo dos surdos (Sacks, 2010). Esse processo não deve ser concebido sem os artefatos culturais e a participação efetiva de professores e gestores surdos nessas escolas, pois apenas com eles é possível garantir que a educação bilíngue traga aos alunos o que eles precisam para se desenvolver enquanto pessoas e membros da comunidade surda.

Nesse processo, a pedagogia visual é central para a educação de surdos, já que facilita o ensino através de recursos que valorizam a experiência visual dos alunos, pois ela utiliza materiais didáticos visuais, recursos tecnológicos e metodologias que promovem o contato visual, criando um ambiente de ensino adaptado às necessidades dos alunos surdos (Campello, 2008). Na prática, essa abordagem envolve o uso de materiais multimodais, como vídeos em Libras, diagramas e infográficos, que favorecem o aprendizado e permitem que os alunos compreendam conceitos abstratos por meio de representações visuais.

Outro aspecto pedagógico relevante é a flexibilidade curricular. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece conteúdos mínimos para todas as escolas brasileiras, esses precisam ser ensinados aos surdos, mas a educação bilíngue exige que o currículo seja adaptado para incluir componentes específicos da cultura surda, como sua história, desenvolvimento da literatura e das artes visuais surdas. O currículo não é apenas um documento normativo, mas um campo de disputa e de construção coletiva de significados

(Almeida, Santos, 2022). A literatura surda nesse aspecto funciona como um espaço de resistência, memória e fortalecimento da identidade (Karnopp, 2010).

Portanto, a prática pedagógica na educação bilíngue deve considerar a cultura surda como insumo para a aprendizagem, que impacta diretamente o ensino. As produções culturais devem ser incorporadas ao ensino, nisto se incluem as artes, literatura, esportes, movimentos sociais e outros elementos da cultura surda. O teatro e as práticas culturais contribuem para formação estética, identidade e funcionam como práticas pedagógicas inclusivas (Jardim, 2022). Uma educação bilíngue verdadeira deve ser um reflexo das necessidades e da cultura da comunidade surda e não uma mera versão em Libras da educação para ouvintes (Skliar, 2017). O compromisso com uma educação bilíngue de qualidade é, portanto, um compromisso com a inclusão, com a diversidade e com o respeito aos direitos e à cultura dos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da educação de surdos é marcada por um longo percurso de exclusões, estigmas e preconceitos, desde a imposição limitante do oralismo, que foi resultante do Congresso de Milão, até as árduas conquistas por reconhecimento linguístico e cultural. A superação da perspectiva que enxergava a surdez como uma condição incapacitante rumo à consolidação do modelo bilíngue foi e continua sendo impulsionada pela resistência ativa e pelas mobilizações sociais da própria comunidade surda. No cenário brasileiro, observa-se que o país possui um conjunto de diretrizes robusto e progressista que foi consolidado por normativas como a Lei de Libras, o Decreto nº 5.626/2005, a LBI (2015) e a lei de educação bilíngue que a reconheceu como uma modalidade de ensino independente. Porém, mesmo como esses avanços, é possível constatar um descompasso alarmante entre os direitos estabelecidos pela legislação e a realidade estrutural das redes de ensino regular, tais como a existência de apenas 45 escolas públicas bilíngues no país e a fragilidade das políticas públicas que reforçam desigualdades que impedem o acesso equitativo à educação.

Para que o desenvolvimento integral (cognitivo, social e psicológico) do estudante surdo seja efetivamente garantido, a escola deve buscar transcender a mera adaptação do modelo ouvinte, evitando o que se configura como um “falso bilinguismo” (Skliar, 2017). Por isso, é imprescindível a adoção de práticas alinhadas à Pedagogia Surda e à pedagogia visual, que valorizem a experiência de mundo desse aluno onde o ensino deve integrar produções culturais surdas como a literatura, as artes e os esportes e assegurar a presença contínua de professores e referências surdas no cotidiano escolar. Esses elementos são essenciais para materializar o

conceito de “surdidade”, permitindo que os alunos construam uma identidade fortalecida, orgulhem-se de sua cultura e aprendam de forma plena.

Conclui-se, portanto, que a educação bilíngue de surdos representa muito mais do que o ensino da Libras como L1 e da Língua Portuguesa escrita como L2; trata-se de um compromisso ético e político com a valorização da diferença. Para que essa modalidade cumpra seu papel transformador, o Estado deve priorizar a expansão da rede de escolas bilíngues e investir maciçamente na formação e contratação de profissionais fluentes e capacitados. Somente ao enxergar a surdez como uma diversidade linguística e cultural legítima e não como uma deficiência, a educação escolar poderá atuar como um verdadeiro espaço de justiça social, emancipação e cidadania.

REFERENCIAS

ALMEIDA, W. G.; SANTOS, A. C. Educação bilíngue para surdos no Brasil e em Portugal: Uma revisão sistemática da literatura. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 332–355, 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/21270>. Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 10 mar. 2026

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília-DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília-DF: Presidência da República. 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília-DF: Presidência da República. 2021.

CAMPELLO, A. R. S. **Pedagogia visual na educação dos surdos**. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

CAMPELO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial n. 2, 2014. p. 71-92. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6KfHLbL5nN6MdTjJd3FLxpJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 mar. 2026.

KARNOPP, L. B. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. **Cadernos de Educação (UFPel)**, v. 19, p. 155-174, 2010.

LADD, P. **Em busca da surdidade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LADD, P. **Understanding Deaf Culture: In Search of Deafhood**. Multilingual Matters, 2013.

LIMA J. C. **A língua de sinais como principal fator de constituição de vida da pessoa surda**. (Monografia) Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, O. **Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SKLIAR, C. **Atualidades da Educação Bilingue para Surdos: Processos e Projetos Pedagógicos**. Porto Alegre: Mediação, 2017.

STROBEL, K. **História da educação dos surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: EdUFSC, 2018.

VILHALVA, S. **Pedagogia Surda**. Arara Azul, Petrópolis, S/D. Disponível em: https://editora-arara-azul.com.br/wp-content/uploads/2023/08/PEDAGOGIA_SURDA.pdf.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.